



CATÓLICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



# EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional



CATOLICA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



# EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional

Porto . 2017

© 2017 Universidade Católica Portuguesa . Porto  
Faculdade de Educação e Psicologia  
Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano

**Titulo:** Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do II Seminário Internacional . **Organizadores:** Joaquim Machado (coord.), Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista, Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão . **Autores:** Adriana de Lima Penteadó, Afonso José Ganho Pereira de Athayde, Aldenor Batista da Silva Junior, Amâncio Carvalho, Amélia de Jesus Marchão, Ana Vigário, Angelina Sanches, António Andrade, Armando Loureiro, Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Carla Baptista, Carla Sofia Oliveira, Carolina Mendes, Célia Beatriz Piatti, Cláudia Aleixo Alves, Cleonice Halfeld Solano, Conceição Martins, Cristiane Mesquita Gomes, Cristina Palmeirão, Cynthia Matínez-Garrido, Daniela Gonçalves, Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura, Darliane Silva do Amaral, Elisabete Corcetti, Elsa Morgado, Elza Mesquita, Erlando Silva Rêses, Eulália Tadeu, Felipe André Angst, Fernando Rebola, Filomena Lume, Francisco Guimarães, Geisa Portelinha Coelho, Germano Borges, Hélder Henriques, Henrique Luís Gomes de Araújo, Ilda Freire Ribeiro, Ilídia Cabral, Íris Daniela Bidarra, Isabel Lage, Jane do Carmo Machado, Joana Leite, Joaquim Azevedo, Joaquim Escola, Joaquim Machado, Joaquim Sousa, Joelci Mora Silva, José Matias Alves, Laura Rocha, Laurinda Leite, Lenilda damasceno Perpétuo, Leonor Lima Torres, Levi Silva, Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Luísa Orvalho, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto, Manuel Luís Castanheira, Manuel Monteiro, Manuel Peniche Bertão, Marco António Oliva Monje, Marco Cruzeiro, Margarida Maria da Gama oliveira, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Maria do Céu Roldão, Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Maria Gerlandia de Oliveira Aquino, Maria Isolete Sousa, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano, Maria Teresa Mateus Pires, Marina Pinto, Mário Cardoso, Mary Rangel, Micheli Bordoli Amestoy, Milena Pimenta de Souza, Paula Marisa Fortunato vaz, Paula Pinto, Paulo de Carvalho, Renata Leite, Rubia Fonseca, Rui Lourenço-Gil, Rui Neves, Samuel Helena Tumbula, Sandra Mónica Dias Almeida, Sefisa Bezerra, Sérgio Olim Gomes de Mendonça, Sílvia Amorim, Sirley Marques da Silva, Sofia Bergano, Sónia da Cunha Urt, Sónia Mirela de Sousa, Soraya Vital, Sueli Mamede Lobo Ferreira, Susana Gastal, Susana Henriques, Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte, Victor Muirequetule, Vincenzo Schirripa, Vitor Barrigão Gonçalves, Wilson ProfirioNicaquela, Zulmira Moreira Ramos **Design e Paginação:** LabGraf . **Colaboração:** Cristina Crava, Francisco Martins . **Editor:** Faculdade de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa – Porto . **Local e data:** Porto, 2017 . **ISBN:** 978-989-99486-8-6 .

<b>APRESENTAÇÃO</b>	9
<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	
<b>PROJETOS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITARIO</b>	
<hr/>	
<b>A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO</b>	13
Sueli Mamede Lobo Ferreira	
<b>CURRÍCULO, FORMAÇÃO INTEGRAL &amp; EDUCAÇÃO 3.0</b>	27
Rubia Fonseca, Amâncio Carvalho, Joaquim Escola, Armando Loureiro	
<b>FESTAS RELIGIOSAS E COGNIÇÃO POPULAR: UMA APROXIMAÇÃO À FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (BRASIL)</b>	49
Susana Gastal, Cristiane Mesquita Gomes	
<b>ENSINO SUPERIOR MILITAR E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE COMANDO E LIDERANÇA</b>	65
Victor Muirequetule, Joaquim Machado	
<b>A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL NO SÉCULO XX: O DESAFIO DA APRENDIZAGEM NA DIVERSIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS XUKURU DO ORORUBÁ</b>	83
Maria Gerlandia de Oliveira Aquino	
<b>PROJETO INTEGRA-(TE): PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO NA EXPLORAÇÃO DE NOVOS DESAFIOS</b>	105
Vitor Barrigão Gonçalves, Paula Marisa Fortunato Vaz	
<b>EDUCATION AND COMMUNITY EMPOWERMENT IN THE CONTEXT OF ITALIAN MERIDIONALISM. DANILO DOLCI, A NONVIOLENT LEADER IN SICILY</b>	115
Vincenzo Schirripa	
<b>HÁ LUGAR PARA O ANTROPÓLOGO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL?</b>	129
Henrique Luís Gomes de Araújo	
<b>LITERACIA MUSICAL E APRENDIZAGEM SOCIAL: ESTUDO DE CASO</b>	139
Zulmira Moreira Ramos	

## ÁREA TEMÁTICA

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETOS DE MELHORIA**

---

<b>AÇÕES DE (AUTO)AVALIAÇÃO E SEUS EFEITOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR – UM ESTUDO DE CASO</b>	154
Felipe André Angst, José Matias Alves	
<b>A AUTOAVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE MELHORIA: UM ESTUDO DE CASO</b>	174
Carla Baptista, José Matias Alves	
<b>AS PERCEÇÕES DOS DIRETORES DE TURMA SOBRE AS SUAS FUNÇÕES E PODERES</b>	183
Sónia Mirela de Sousa, Joaquim Machado	
<b>O PROJETO EDUCATIVO NA PROMOÇÃO DA FUNCIONALIDADE DA ESCOLA</b>	192
Margarida Maria da Gama oliveira, Cristina Maria Gomes da Costa Palmeirão	
<b>SEGURANÇA PSICOLÓGICA DAS EQUIPAS E COMPORTAMENTOS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EMPÍRICO EM ORGANIZAÇÕES ESCOLARES</b>	219
Rui Lourenço-Gil, Ilídia Cabral, José Matias Alves	
<b>ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CIDADANIA GLOBAL: REFLEXOS DA FORMAÇÃO</b>	232
Ilda Freire Ribeiro, Sofia Bergano, Conceição Martins, Angelina Sanches, Elza Mesquita	
<b>PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA: MELHORIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?</b>	251
Cleonice Halfeld Solano	
<b>O CONTROLO DA QUALIDADE E A GARANTIA DA QUALIDADE EQAVET: DE QUE FALAMOS?</b>	265
Laura Rocha, José Matias Alves	
<b>CONSTRUCCIÓN DE UN MODELO DE ENSEÑANZA EFICAZ</b>	282
Cynthia Matínez-Garrido	
<b>AS LIDERANÇAS INTERMÉDIAS: QUE CONTRIBUTO PARA O (IN)SUCESSO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR?</b>	295
Manuel Monteiro, José Matias Alves	
<b>QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ (MS) BRASIL</b>	315
Marco António Oliva Monje	
<b>UMA EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MÉTODOS DE APRENDIZAGEM DINÂMICA E COOPERATIVA NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA</b>	333
Marco Cruzeiro	
<b>O MAL-ESTAR DISCENTE NUMA ESCOLA DO OUTRO SÉCULO: OLHARES DE ALUNOS</b>	353
Carla Baptista, José Matias Alves	

<b>PERCEÇÃO DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO HERMENÊUTICO</b>	371
Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Wilson ProfirioNicaquela	

ÁREA TEMÁTICA

**ALUNOS, PROFESSORES E POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA ESCOLA**

---

<b>EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA COM ALUNOS EM RISCO USANDO JOGOS DIGITAIS</b>	405
Joaquim Sousa, António Andrade, Joaquim Machado	
<b>AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: A VOZ DOS ATORES</b>	420
Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Joaquim Machado	
<b>PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF): UMA MEDIDA ESCOLAR DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?</b>	435
Darlíane Silva do Amaral	
<b>A CANDIDATURA AO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SIMBÓLICA: AS ESCOLHAS DOS ESTUDANTES DISTINGUIDOS POR MÉRITO ESCOLAR NO ENSINO SECUNDÁRIO</b>	450
Germano Borges, Leonor Lima Torres	
<b>PELOS 'JARDINS SECRETOS' DE DUAS ESCOLAS COM POPULAÇÕES ESTUDANTES SEMELHANTES, MAS COM RESULTADOS ACADÉMICOS DIFERENTES</b>	468
Sílvia Amorim, Ilídia Cabral, José Matias Alves	
<b>COMUNIDADE CIGANA CALON EM PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: CONFLITOS ÉTNICOS E SABERES PLURICULTURAIIS</b>	489
Lenilda damasceno Perpétuo, Erlando Silva Rêses	
<b>DAS TENDÊNCIAS EUROPEIAS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM PORTUGAL, COM TECNOLOGIAS EMERGENTES</b>	506
Íris Daniela Bidarra, António Andrade	
<b>OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NAS ESCOLAS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DESTINADO AO ENSINO SECUNDÁRIO</b>	523
Manuel Peniche Bertão, José Matias Alves	
<b>O (IN)SUCESSO ESCOLAR NO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA</b>	548
Samuel Helena Tumbula, Joaquim Azevedo	
<b>PROMOVER O SUCESSO ESCOLAR ATRAVÉS DA LITERACIA: O EXEMPLO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CANGUÇU, NO RIO GRANDE DO SUL</b>	566
Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Geisa Portelinha Coelho	

<b>AS FRONTEIRAS DA SALA DE AULA: CRUZAMENTOS CONSENTIDOS</b>	577
Isabel Lage, José Matias Alves	
<b>A TUTORIA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS JOVENS: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS</b>	596
Sandra Mónica Dias Almeida, Cristina Palmeirão	
<b>O IMPACTO DAS PROVAS EXTERNAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA ALÉM DOS NÚMEROS: RESULTADOS, REPRESENTAÇÕES E IMPACTOS PERCECIONADOS</b>	620
Ana Vigário, Ilídia Cabral	
<b>PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA – EDIÇÃO DE 2014: QUE PRESSUPOSTOS DOS AUTORES E DECISORES CURRICULARES?</b>	639
Francisco Guimarães, Maria do Céu Roldão	
<b>ESTUDIO MULTINIVEL SOBRE EL IMPACTO DE LAS ESTRATEGIAS DE EVALUACIÓN EN EL AULA SOBRE EL RENDIMIENTO ACADÉMICO EN AMÉRICA LATINA</b>	660
Cynthia Martínez Garrido	
<b>O(S) EFEITO(S) DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PROMOÇÃO DO SUCESSO DA APRENDIZAGEM NA LÍNGUA MATERNA NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO</b>	677
Maria Isolete Sousa, Daniela Gonçalves	
<b>PROJETOS INTERDISCIPLINARES: UMA OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM CRÍTICA E CRIATIVA</b>	694
Marina Pinto, Renata Leite, Daniela Gonçalves	
<b>A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ENSINO DAS CIÊNCIAS: UM ESTUDO CENTRADO NOS CURRÍCULOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS</b>	708
Micheli Bordoli Amestoy, Laurinda Leite, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto	
<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	
<b>DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	
<hr/>	
<b>A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE</b>	731
Jane do Carmo Machado, Mary Rangel, Rui Neves	
<b>A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA</b>	747
Carla Sofia Oliveira	
<b>OS PROFESSORES E A COADJUVAÇÃO EM SALA DE AULA</b>	768
Eulália Tadeu, Joaquim Machado	

<b>A SUPERVISÃO COMO DISPOSITIVO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E TRANSFORMAÇÃO DE PRÁTICAS</b>	786
Elza Mesquita, Maria do Céu Roldão	
<b>AS NOVAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UM PROCESSO EM PARTICIPAÇÃO</b>	803
Amélia de Jesus Marchão, Hélder Henriques, Fernando Rebola	
<b>ESTRATÉGIAS FORMATIVAS E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS COM ENSINO PROFISSIONAL</b>	824
Luísa Orvalho, José Matias Alves	
<b>O MULTICULTURALISMO E A DOCÊNCIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ASSISTENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL</b>	839
Sirley Marques da Silva	
<b>FORMAÇÃO BIOÉTICA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO: EVOLUÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPETIVAS</b>	858
Sérgio Olim Gomes de Mendonça	
<b>ÁREAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: PERSPETIVAS DOS EDUCADORES</b>	881
Manuel Luís Castanheira, Carla alexandra do Espírito Santo Guerreiro	
<b>O CONTRIBUTO DA SUPERVISÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE ONLINE: REFLEXÕES TEÓRICAS</b>	887
Susana Henriques, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano	
<b>AS INCERTEZAS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE...</b>	899
Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte	
<b>POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CULTURAL</b>	917
Cláudia Aleixo Alves	
<b>A PROFISSIONALIDADE DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE SOCIAL</b>	931
Adriane de Lima Penteadó	
<b>UM ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR</b>	948
Sefisa Bezerra, Elsa Morgado, Mário Cardoso, Levi Silva	
<b>UM CURRÍCULO CONSTRUÍDO EM TORNO DO MAR: GÉNESE, DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADES DE UM PROJETO</b>	968
Paula Pinto, José Matias Alves	
<b>PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES FOCUSED ON GENDER IN BRAZIL: DILEMMAS AND CHALLENGE</b>	968
Elisabete Corcetti, Maria das Dores Saraiva de Loreto	

<b>QUANDO O PESQUISAR COLABORA PARA FORMAR: PROFESSORAS NAS OFICINAS DE APRENDIZAGEM DO FACEBOOK</b>	1012
--	------

Joelci Mora Silva, Sônia da Cunha Urt

<b>A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA PARA ATUAR NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL</b>	1025
--	------

Aldenor Batista da Silva Junior, Joelci Mora Silva, Soraya Vital, Sônia da Cunha Urt

#### ÁREA TEMÁTICA

#### **ESCOLA, TERRITÓRIO E MUNDO DO TRABALHO**

---

<b>ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO</b>	1047
--	------

Milena Pimenta de Souza

<b>OS MUNICÍPIOS E A DESCENTRALIZAÇÃO EDUCATIVA: RETÓRICA E AÇÃO</b>	1059
--	------

Joana Leite, Joaquim Machado

<b>A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL IMPLEMENTADA COM O PRONATEC E A SUA VINCULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO</b>	1068
---	------

Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura

<b>ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR DO FUNCHAL (1919-1926)</b>	1085
--	------

Filomena Lume

<b>OS CURSOS PROFISSIONAIS EM PORTUGAL, 2005-2016: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	1098
--	------

Danilma de Medeiros Silva

<b>PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL: DA RETÓRICA ÀS (PERCEÇÕES SOBRE AS) PRÁTICAS – UM ESTUDO DE CASO</b>	1112
--	------

Maria Teresa Mateus Pires, Ilídia Cabral

<b>A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL: O SENTIDO E O SIGNIFICADO DA LEITURA NA VOZ DOS LEITORES</b>	1134
--	------

Célia Beatriz Piatti, Sônia da Cunha Urt, Joelci Mora Silva

<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS EM DESENVOLVIMENTO PERCEBIDAS NA COMPLEXIDADE DO GLOCAL</b>	1151
--	------

Carolina Mendes, José Matias Alves, Paulo de Carvalho

## **AÇÕES DE (AUTO)AVALIAÇÃO E SEUS EFEITOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR – UM ESTUDO DE CASO**

**Felipe André Angst**

Universidade Católica de Moçambique - Extensão de Lichinga  
Moçambique, fangst@ucm.ac.mz

**José Matias Alves**

Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação e Psicologia  
Universidade Católica – Porto, jalves@porto.ucp.pt

### **Resumo**

A garantia da qualidade tem recebido muita atenção nos últimos anos, principalmente por pressões internas e externas relacionadas com a progressiva massificação do ensino superior e a necessidade de alinhar o crescimento quantitativo das frequências com padrões internacionais de qualidade. A adoção de práticas de autoavaliação resultou de uma imposição externa às Instituições de Ensino Superior pretendendo instituir dinâmicas de autoregulação interna e legitimar procedimentos de controlo externo conducentes à acreditação de cursos e instituições. A presente comunicação visa apresentar e discutir as ações de autoavaliação e seus efeitos a nível profissional e social dentro de uma unidade

básica da Universidade Católica de Moçambique. Em termos metodológicos, adota-se a perspetiva de estudo de caso e recorre-se à observação não participante e à análise de conteúdo de documentos produzidos no âmbito deste processo. Concluímos que a autoavaliação, embora marcada por dimensões ambíguas e debilmente articuladas, impulsionou mudanças e melhorias durante e depois da prática do processo de autoavaliação.

**Palavras-chave:** (Auto)avaliação, Qualidade, Ensino Superior, Melhorias.

## Abstract

Quality assurance has received much attention in recent years, mainly due to internal and external pressures related to the progressive massification of higher education and the need to align quantitative growth of frequencies with international quality standards. The adoption of self-evaluation practices resulted from an external imposition on Higher Education Institutions aiming to institute internal self-regulation dynamics and to legitimize external control procedures leading to the accreditation of courses and institutions. This paper aims to present and discuss self-assessment actions and their effects at a professional and social level within a basic unit of Universidade Católica de Moçambique (Catholic University of Mozambique). In methodological terms, the case study perspective is adopted and the non-participant observation and the content analysis of documents produced within this process are used. We conclude that self-assessment, although marked by ambiguous and weakly articulated dimensions, led to changes and improvements during and after the practice of self-evaluation.

**Key words:** (Self) evaluation, Quality, Higher Education, Improvements.

## 1. Tema e Objeto de Estudo

O tema que nos propomos a estudar enquadra-se na autoavaliação do ensino superior. O nosso objeto de estudo é, assim, discutir as ações de autoavaliação e seus efeitos a nível organizacional, profissional e social dentro de uma Unidade Básica (UB) da Universidade Católica de Moçambique (UCM).

## 2. Justificação da Pertinência e Relevância do Tema

Em virtude da expansão desmedida de instituições de ensino superior com diferentes cursos e especializações em Moçambique, uma realidade em todas as províncias e alguns distritos, a garantia da qualidade tem recebido muita atenção nos últimos anos, principalmente por pressões internas e externas, no sentido de alinhar o crescimento quantitativo das frequências com padrões internacionais de qualidade.

O debate atual no país tem-se centrado na questão da expansão e qualidade do ensino superior. Para Mosca (2009), “a quantidade não pode comprometer a qualidade” (p.12), porém a realidade demonstra um cenário diferente do que se espera e pode trazer consequências maléficas à sociedade.

Nesta perspetiva, a autoavaliação nas instituições de ensino superior vem sendo assumida como tarefa necessária e socialmente exigida num contexto de culto global não só pela eficiência e eficácia, mas também o direito à equidade e justiça garantindo a todos padrões de qualidade que têm de ser assegurados, quer pelas instâncias públicas, quer pelas próprias IES. Neste contexto, a problemática da autoavaliação, da avaliação externa, da prestação de contas, da responsabilidade institucional e organizacional são fatores chaves da agenda nacional e internacional.

O nosso ponto de partida foi o Decreto 63/2007, de 31 de Dezembro, que cria o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES), o qual integra normas, mecanismos e procedimentos coerentes e articulados que visam concretizar os objetivos da qualidade no ensino superior e que são operados pelos atores que nele participam.

Assim, pretendíamos estudar o desenvolvimento do processo de implementação de ações de autoavaliação de qualidade e perspetiva de melhorias na Universidade Católica de Moçambique (UCM), numa das suas Unidades Básicas (UBs).

## 3. Problema e Questão de Investigação

De forma sumária, o ensino superior moçambicano assistiu um crescimento exponencial do número de ingressos de estudantes de menos de 5 mil em apenas três instituições em 1989, para mais de 82 mil estudantes em 2011, distribuídos

em mais de 38 instituições entre públicas e privadas (Langa, 2012). Em 2015, conforme dados estatísticos sobre o Ensino Superior, existiam 174.802 estudantes e 49 IES, entre pública e privadas (Cumaio, António & Baptista, 2016). E no registo da Direção Nacional do Ensino Superior (comunicação pessoal, 2017, 17 de Março), em 2016, existiram 189.135 estudantes em 52 IES. O crescimento médio anual mantém-se desde 2010 a um ritmo de 12.500 novos ingressos por ano.

A génese do problema da nossa investigação pode enunciar-se do seguinte modo: o ensino superior em Moçambique expandiu-se de forma acentuada nos últimos 10 anos. Multiplicaram-se as instituições, os cursos, disparou a frequência do número de alunos, cresceu também o número de docentes que foram chamados a exercer funções de docência e pesquisa a nível universitário. Esta explosão da oferta e da procura colocou, inevitavelmente, um problema de qualidade, de credibilidade pública do sistema de ensino superior, ameaçando a sua imagem social. Surge, assim, um contexto de crise de confiança e de legitimidade que obrigou o poder público a lançar um sistema global de avaliação e controlo da qualidade de um sistema em risco de anomia.

De acordo com este problema de investigação, definimos duas questões de investigação principais:

- . O que é que a instituição já fez para a implementação do Decreto N ° 63/2007, de 31 de Dezembro, do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES) e quais são as atividades já realizadas?
- . Em que áreas ou dimensões já são identificáveis melhorias decorrentes do processo?

#### **4. Quadro Conceptual e Teórico**

Partindo de um quadro conceptual e teórico extenso, que nos permitiu definir as lentes teóricas de análise investigativa, a avaliação caracteriza-se como apreciação valorativa de um certa coisa e para atingir a objetividade, deve fixar-se em indicadores claros. Isto não significa, porém, que a subjetividade e as dimensões qualitativas da avaliação possam ser excluídas. Para os defensores de uma visão positivista, “avaliar significa contar, medir os resultados de qualquer ação em fase

de desenvolvimento ou no seu termo” (Dias Sobrinho, 2000, p. 37). Mas, avaliar é muito mais do que isso, pois implica compreender, analisar, melhorar a realidade que está a ser observada. É nesta ótica que Alves & Castro (2013, p.54) referem a avaliação institucional como uma ferramenta de garantia política e pública da melhoria contínua da qualidade.

À luz desta linha de raciocínio, Stufflebeam e Shinkfiel (1993, p.183) sustentam que:

A avaliação é um processo de identificação, recolha e apresentação de informações útil e descritiva a cerca do valor e do mérito das metas, da planificação, da realização e do impacto de um determinado objeto, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, para a solução dos problemas de prestação de contas e para promover a compreensão dos fenómenos envolvidos.

Deste modo, a função essencial da avaliação é proporcionar informação útil para a tomada de decisão, revelar dados para a prestação de contas e ajudar a compreender, administrar e aperfeiçoar o avaliado, afastando a visão negativa da avaliação que nos leva a acreditar que a *valoración se realiza para resaltar lo negativo, lo mal hecho, para sancionar, para reprobar* (Espinar, 2013, p. 33). Nestes termos, a avaliação não pode ser visualizada como punitiva, mesmo considerando os objetivos de regulação e controlo, a avaliação deve-se pautar por uma visão positiva, voltada para refletir sobre as virtudes, potencialidades e as barreiras que devem ser vencidas pela comunidade académica em prol da qualidade.

Para que esta prática se efetive, Stufflebeam e Shinkfiel (1993) apresentam um conjunto de três condições que determinam a própria avaliação: (i) a avaliação precisa de ser comparativa e, por isso, precisa de referentes, ou de termos de comparação; (ii) a avaliação é condicionada pelas finalidades a que se destina, pelos públicos a que se dirige e pela entidade que encomenda e “negoceia” a própria avaliação e (iii) a avaliação depende do grau de qualidade dos avaliadores e da sua perícia na recolha e análise de dados e na sua interpretação.

No que refere à terceira condição, Clímaco (2005, p. 104) defende que a avaliação da qualidade da educação não é ação compatível com avaliadores solitários, requer uma equipa de avaliadores com conhecimentos profissionais reconhecidos, multidisciplinar e interativa como forma de valorizar as intersubjetividades; requer

um enquadramento institucional propício e que abrange a auto-mobilização para avaliação e libertação de informação; requer, ainda, a clareza das regras a que deve obedecer e os fins que se destina.

A autoavaliação é realizada pela própria comunidade académica (docentes, equipa diretiva, apoio, agentes externos, etc. ) até porque a garantia da qualidade é da responsabilidade, em primeiro lugar, das próprias instituições de Ensino Superior. “ (...) as universidades são responsáveis pelo desenvolvimento de culturas internas de qualidade (...) e procedimentos efetivos favorecem resultados intelectuais e educativas vibrantes” (EUA, 2003, p. 9).

A autoavaliação é muito mais que “ um exercício burocrático de controlo e verificação de conformidade com orientações externas”, é “ um processo permanente orientado para a melhoria da qualidade”. É uma prática que “ envolve procedimentos de monitorização e controlo, de reflexão e posterior intervenção” que depende do “ acompanhamento sistemático das diversas atividades, o levantamento de dados e a construção de indicadores”, ou seja, requer um “ processo de retroação para melhoria da qualidade” (Santos, 2011, p. 5)

A autoavaliação pretende fornecer informação relevante e atualizada como suporte da avaliação externa, a cargo de avaliadores externos que é outro instrumento de avaliação, complementar da autoavaliação. As discussões e trabalhos práticos destes avaliadores é baseada no relatório de autoavaliação. O processo de autoavaliação culmina ao transmitir publicamente uma mensagem sobre a qualidade de uma instituição, cursos e programas, não só, como também o objetivo da melhoria da qualidade é assegurar e melhorar internamente a qualidade de forma sistemática e continuada (Rosa, 2004).

A avaliação é concebida como um processo constante que busca o autoconhecimento da instituição e possibilita o repensar das ações que estão sendo desenvolvidas. Neste sentido, a avaliação é um instrumento que busca a inovação e a qualidade institucional, contrapondo a concepção da avaliação como controlo e fiscalização, legitimada pela comunidade académica, quando a partir de seus gestores, promove debates, discussões, seminários que possibilitem a participação de todos no processo avaliativo (Brito, 2006).

A avaliação enquanto ação participativa dos seus atores constitui-se como espaço democrático de construção coletiva e negociada de estratégias, visando a melhoria

contínua da instituição ou cursos.

Neste sentido a participação, como relata Oliveira ( 2003, p.140), é

um fator sumamente crucial e que está presente neste momento atual de avaliação é o respeito à participação efetiva de todos os interessados no processo (ou *stakeholders*) e que independentemente da sua condição social, económica, académica ou outras, são elementos imprescindíveis que devem atuar no processo, desde sua concepção até seus resultados. Somente assim, a avaliação será útil nas necessárias transformações (...).

A avaliação é um processo trabalhoso e dispendioso diretamente suportado pelas próprias instituições de Ensino Superior (Santos, 2007). Este custo deve, no entanto, ser entendido como um investimento, pois cada instituição de ensino tem capacidade de resolver seus próprios problemas e, assim, a estratégia da autoavaliação é muito válida porque fornece um guia para a melhoria da qualidade (Diaz, 2003).

Esta melhoria da qualidade de processos, de procedimentos, de resultados só é alcançável se for uma construção coletiva onde todos os agentes da instituição participem na ação de avaliar.

A avaliação deverá sempre buscar a melhoria das condições de ensino aprendizagem e ser capaz de identificar as potencialidades e fragilidades institucionais e dos cursos e programas. Deverá ser um contínuo repensar sobre a formação, estimulando a mudança inovativa transformadora, tendo como referência a excelência técnica profissional e a relevância social dos cursos, bem como sua capacidade de dar respostas às emergências da sociedade.

Como vimos, o objetivo principal da autoavaliação da qualidade é o de melhorar a qualidade das instituições de ensino superior, aumentando a legitimação das mesmas através de uma prestação de informação fidedigna aos poderes públicos e à sociedade sobre o seu desempenho. Segundo Juliato (2005), o propósito sempre será o de aumentar o grau de eficiência e eficácia institucional.

Segundo Afonso (2000), a autoavaliação contribui no melhoramento e no desempenho da instituição educativa. É uma forma necessária para informar o crescimento e a evolução da comunidade educativa, bem como prepara a avaliação

externa. Deste modo, entre as motivações para desenvolver a ação de autoavaliação sobressaem-se pelo menos três:

- . Permite-lhes (instituições de ensino) melhorar o seu desempenho, através da identificação de áreas mais problemáticas e da procura de soluções mais adequadas, o que facilitará o trabalho dos docentes e de outros profissionais.
- . A autoavaliação é um ótimo instrumento de *marketing*. A divulgação dos resultados junto a comunidade contribui para o seu reconhecimento público e revela-se uma estratégia apropriada, não só para conseguir mais e melhores apoios, mas, também, para gerar maior procura da universidade por parte dos potenciais interessados, entusiasmados com os resultados divulgados.
- . Permite-lhes gerir a pressão da avaliação externa institucional, quer antecipando a identificação dos seus pontos fracos e fortes, delineando as estratégias adequadas de melhoria, preparando a justificação ou fundamentação das fragilidades identificadas pelos serviços de avaliação externa.

Para MacBeath *et al* (2005), a autoavaliação dá importância ao diálogo na tomada de decisões com vista a alcançar a qualidade institucional e considera que a relevância da autoavaliação cresce devido à descentralização que lhe é inerente. Nestes termos, MacBeath descreve o processo como tendo duas funções principais:

A autoavaliação tem subjacente uma fundamentação diferente da avaliação externa. Ao mesmo tempo que também tem um objetivo de prestação de contas, o seu primeiro impulso é desenvolvimentista. É a característica intrínseca das escolas (universidades) eficazes e da prática profissional, mas adquire uma grande relevância a partir da descentralização. Numa perspetiva política, a autoavaliação é vista como um mecanismo para estimular as escolas no sentido de melhorarem a sua qualidade a partir dos seus próprios recursos, ajudando-se a monitorizar os seus progressos e a dar informação correta à comunidade externa – pais e um público mais vasto. A autoavaliação contribui também para o debate democrático no que concerne à qualidade da escola e da sala de aula e complementa ainda o trabalho de organismos externos. Da perspetiva da escola, a autoavaliação tem um

objetivo mais imediato. O diálogo centra-se mais nos atores internos e na sua contribuição para o planeamento e melhoria aos níveis da sala de aula, da escola e da comunidade. Para que tal possa ser alcançado, é necessário o envolvimento de todos os atores-chave a ter acesso aos instrumentos que melhor sustentem a tomada de decisões relativamente à aprendizagem e ao ensino. Podemos, então descrever a autoavaliação como tendo duas funções principais: 1<sup>a</sup> Estimular o diálogo acerca de objetivos, prioridades e critérios de qualidade aos níveis da escola e da sala de aula. 2<sup>a</sup> Atingir os objetivos através do uso de instrumentos apropriados e de fácil acesso (p. 171).

Na mesma perspetiva, Guerra (2001) apresenta a autoavaliação como uma plataforma de diálogo que colabora na apropriação profunda do conhecimento da educação, onde sobressai o carácter holístico, emergente, democrático e educativo da autoavaliação que com a colaboração de toda a comunidade educativa, propiciará a compreensão necessária para garantir a melhoria institucional.

Para concluir, convocamos Natércio Afonso que no prefácio de “A história de Serena” MacBeath *et al* ( 2005, p. 27) diz que

(...) a autoavaliação pode servir de ponto de partida para a avaliação externa, enquanto que esta pode favorecer a melhoria da qualidade da autoavaliação pelos efeitos de aprendizagem que produz, nomeadamente ao nível da construção de indicadores e de instrumentos de recolha de informação.

## 5. 'Design' de Investigação

Perante o pressuposto enunciado, partimos para o estudo das nossas questões de investigação. A estratégia de investigação passou por adotar o estudo de caso, elegendo uma UB da UCM com uma certa cultura de inovação relacionado ao processo de ensino aprendizagem. Relativamente à análise dos dados, adotámos o método qualitativo recorrendo-se à entrevista semiestruturada, à observação não participante e à análise de conteúdos de documentos produzidos no âmbito do processo de autoavaliação.

Segundo o método qualitativo, a análise de conteúdo foi realizada definindo categorias, subcategorias e enquadrando-as nas teorias presentes no quadro teórico. Depois, realizou-se a codificação e respetivos quadros de análise dos

dados recolhidos.

## 6. Resultados: Apresentação, Análise e Discussão

Resultou do nosso estudo a percepção de que as ações de auto-avaliação foram pressionadas a acontecer a todo custo advindas das orientações legais externas, institucionais e nacionais.

A declaração que segue realça este fato:

“ (...) a Universidade se organiza muito rápido, cria um departamento central, cria um responsável pela área de qualidade e faz esta replica ao nível das Unidades Básicas e cria-se esta máquina de interação para fazer este processo, isto tudo, não só esta finalidade de reflexão, mas também a finalidade de responder a esta solicitação do CNAQ ”E1

“ (...) existem algumas orientações ligadas a própria Universidade Católica de Moçambique (UCM) que orientam-nos para a prática da autoavaliação (AA) ”E1.

“Isto está num guião que o próprio ministério da educação fornece, todavia, porque nossa visão de avaliar a qualidade não é simplesmente conformar com a lei, fazer só aquilo que nos é exigido na lei, mas ir um pouco mais procurar aperfeiçoar as nossas próprias práticas (...) fomos acrescentando alguns elementos importantes a esta grelha que o ministério nos disponibiliza.”E2

Provavelmente, a falta de clareza e objetividade do processo de autoavaliação fez com que na UB em estudo fizessem uma avaliação sem, realmente, saber para quê, como e do que especificamente se tratava, como podemos perceber na fala dos entrevistados:

“(...) acabamos não fazendo avaliação de cursos nem de programas, acabamos fazendo uma avaliação de quase toda faculdade e acabamos fazendo de forma inconsciente, fazendo uma avaliação de tudo”. E1

“Naturalmente uma coisa nova que nos é pedido só pode criar mais confusão e pânico nos primeiros momentos porque ninguém sabia exatamente o que é isto, como se faz isto, no entanto havia uma lei que exigia que isto fosse feito”. E2

Podemos notar também que ação da autoavaliação foi gerida e preparada de forma

superficial com discussões, esclarecimentos, formações, harmonização de documentos, partilha de informações, entre outros como podemos perceber na fala a seguir:

“Uma preparação muito superficial, que foi essencialmente a apresentação dos instrumentos, estudo dos instrumentos na tentativa de perceber-los (...) em algumas vezes nem se chegou a perceber o que de fato se esperava (...) assim vamos cada um buscando seu caminho.”E2

Apesar de a autoavaliação não ser uma prioridade, os sujeitos entrevistados reconhecem seu valor (importante, necessária). Um dos entrevistados se expressa nos seguintes termos:

“(...) é importante que haja a autoavaliação, este processo de AA que vai produzir informações que vai depois servir para uma avaliação interna e uma avaliação externa e com o objetivo de, para além de promover a qualidade do próprio ensino, mas também com o objetivo de verificar o nível de cumprimento nas IES dos instrumentos legais existentes”. (E2)

Neste sentido, compreendemos que a autoavaliação é um mecanismo significativo que vem a ser uma alavanca para a garantia da qualidade da IES, através do envolvimento de toda comunidade académica, promovendo uma reflexão interna coletiva, que é essencial para legitimação do processo. No entanto, nem sempre foi este o efeito observado na ação da autoavaliação da UB em estudo. As declarações que seguem realçam este fato:

“Na verdade este processo acabou não sendo tão envolvente como desejaríamos”. E1.

“ A autoavaliação ficou mais restrita ao departamento, nós apenas respondemos ao que dizia respeito ao departamento”. E3.

“ Foi uma avaliação institucional”. E3.

Apesar de existir num sistema relativamente ambíguo e, debilmente articulado, os dados recolhidos permitem sustentar que a ação para a autoavaliação, gerou práticas de maior integração organizacional e uma maior comunicação interna entre os vários departamentos. A este propósito o sujeito E1 afirma:

“(...) ganhamos muito com o processo, interação entre vários departamentos e várias áreas e buscamos documentos que estavam em arquivo que já estavam se perdendo”. E1

“(...) acabou mexendo com quase todos, cada um, onde estava enquadrado e solicitado para dar uma resposta, os departamentos se reuniam, dividiam tarefas”. E1

É importante salientar que a ação da autoavaliação significou investimento financeiro relacionado a diversos materiais necessários para otimizar o processo. Os depoimentos que seguem consubstanciam o investimento:

“Sim, os recursos é o tempo, papel e material de consulta, estes recursos foram disponibilizados.”E2

“Sim, tivemos os recursos, como por exemplo, computador, papel, o tempo que nos foi disponibilizado, em vez de dar aula, a direção nos concedeu um momento para fazer a AA a nível dos departamentos.”E3

Na UB em estudo, os resultados da autoavaliação são dados a conhecer apenas internamente e de forma superficial. Não há relatórios escritos e muito menos publicados e difundidos pela comunidade acadêmica, como apontam os entrevistados:

“Não, não porque de uma forma geral nós, o processo ainda não terminou, estamos no meio, mas estamos conscientes que já deveríamos ter divulgado os resultados mas, infelizmente, não temos resultados em mãos.”E1

“Não foram divulgados, assim em público, mas houve encontros onde o Ponto Focal disse em linhas gerais sobre os resultados” E3.

Em síntese, a autoavaliação é uma realidade na UB em estudo. Mas é uma realidade débil, marginal, escassamente impactante na melhoria dos núcleos essenciais da ação acadêmica. Por outro lado, anota-se que o processo está em constante construção o que pode parcialmente explicar a dificuldade de adoção, reconhecendo-se que a ação avaliativa poderá ser mais dinâmica e ampla de modo a envolver toda comunidade acadêmica, tanto interna como externa.

A prática da autoavaliação consistiu-se num olhar interno que ao mesmo tempo visualizava o passado e o futuro voltado às próprias estruturas, atividades e uma gama de processos institucionais. Neste sentido, na nossa visão, a autoavaliação significou lidar não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissêmicas, incertas e dinâmicas. Significou considerar as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos atores, os elementos estruturais e conjunturais da ação.

Sobre os efeitos da autoavaliação, a nível organizacional, profissional e social,

de início devemos declarar sem qualquer ambiguidade que a avaliação produz efeitos. Entretanto, os efeitos produzidos pelas diferentes avaliações não são unívocos. Muitos são as avaliações, muitos seus usos e muitos os efeitos. Em outras palavras, nenhuma avaliação jamais é neutra ou inócua (Dias Sobrinho, 2003, p. 92).

A partir da análise das entrevistas e de documentos, as respostas indicam efeitos da autoavaliação relacionados à formação continuada de docentes com atribuição de bolsas, reforço de práticas de investigação e divulgação de conhecimento. Portanto, os docentes melhoraram seu modo de lecionar, celebração de memorandos de entendimento com parceiros internacionais, criação do hábito de registar todas as atividades, efeitos ao nível da criação e organização de documentos, criação de melhores condições de trabalho (infraestruturas), e efeitos na interação (comunicação), reflexão conjunta sobre a situação do contexto institucional e tomada de consciência de onde estamos e para onde devemos ir.

Para um dos entrevistados, os efeitos da autoavaliação são percebidos em várias dimensões como relata a seguir:

“... a começar pela pintura das salas de branco porque foi recomendação do ministério, disponibilização visual da Missão e Visão nas paredes da UB, a identificação com placas dos departamentos, é um processo um pouco complexo, porque é um movimento todo de criação de condições de trabalho, de gestão, de ensino adequado dentro da instituição, então os ganhos neste processo podem não ser directamente desta parte, mas a este processo, houve muitos ganhos a partir do momento que a UCM entra neste processo, a nossa consciência de que nosso corpo docente deve ser cada vez mais qualificado cresceu bastante, o receio de termos problemas com docentes não formados em diferentes áreas cresceu, tem pessoas que já se formaram com nível de doutoramento, outras estão em

programas de doutoramento na nossa UB e em outras UB. Também ouvi uma consciência muito grande e a Universidade trabalha e tem na qualidade um de seus principais compromissos.”E1.

A análise das entrevistas demonstrou que a autoavaliação intensificou o diálogo entre os departamentos, um dos entrevistados ressaltou este efeito de interação da seguinte forma:

“Em termos de resultados, mais como faculdade, foi muito importante a interação, ganhamos muito com o processo de interação entre vários departamentos e várias áreas”. E1

Efeitos de muita força e sentido foi procurar, encontrar ou até mesmo produzir documentos. Relacionado a tónica de organização de documentos os entrevistados relatam:

“(...) e buscamos documentos que estavam em arquivo que já estavam se perdendo, estamos a falar de um protocolo que foi feito pela faculdade entre nosso departamento de comunicação com o departamento de comunicação de uma outra universidade.” E1

“Os programas estão organizados, todas as disciplinas com seus conteúdos programáticos organizados, agora é possível ter um curso todo numa única brochura, (...) antes, os conteúdos programáticos estavam espalhados, cada um com seu formato, cada um apresentado a sua maneira, isto está ultrapassado. Nós já percebemos a linguagem da AA”. E2

“Bom, os resultados visíveis da AA que eu penso que temos, são, organização das pastas, já sabemos hoje em dia organizar os documentos que podem servir de evidências então é um processo que penso se for capitalizado a instituição sai muito mesmo a ganhar.”E3

Com a autoavaliação foram vistos efeitos de melhores condições de trabalho, investimento significativo em infraestruturas, principalmente relacionadas a manutenção e nas condições de estudos como se pode constatar das declarações que seguem:

“eu posso fazer minha própria avaliação de acordo com a biblioteca, no tempo que entrei já encontrei muitos livros, mas a UCM continua investindo comprando

novas obras e assim não existe nenhuma preocupação dos estudantes relacionada aos livros, nunca ouvi ninguém a reclamar que a UB não tem livros suficientes para o ensino, porque a biblioteca está super recheada de livros. Outra coisa que os colegas sempre dizem, a UCM sempre faz investimentos, em cada semestre tem um investimento, seja nas salas, no edifício, ela sempre quer fazer o melhor.”E4

“ e neste momento graças a Deus achamos que pelos menos, a nível físico, estético aproxima-se aquilo que o ministério quer ver”. E2

A autoavaliação revelou o baixo nível de formação académica dos docentes o que levou a unidade básica a investir em formação de professores oferecendo bolsas parciais como incentivo a formação continuada.

“Sim, porque um dos indicadores de qualidade é o grau académico dos próprios docentes e nós sabemos que uma universidade que é universidade em principio é feita de Prof. Doutores se temos uma universidade que não tem doutores é sua tarefa procurar alcançar estes níveis dos seus docentes e da avaliação que estamos a fazer, dos documentos que estamos a ler sobre o ES e as orientações neles patentes, quase que foi obrigado a investir na formação, não só a nível académico dos docentes mas também capacitações pedagógicas, e principalmente introduzir o elemento investigação na sua carreira.”E2

O impacto esperado e alcançado da consciência pela organização das evidências, dos acontecimentos. Importa salientar que as afirmações feitas pelos entrevistados representam claramente aquilo que são as suas perceções sobre a organização:

“ (...) o processo tinha como finalidade central refletir sobre o andamento e organização das nossas atividades em cada uma destas áreas todas [ nove indicadores], esta foi a ideia central.

“(…) refletir sobre nossas práticas, o que fazemos, para além de criar uma base de dados, de documentos que estavam desorganizados, guardados ali, acolá, ajudou a fazer uma organização.”E1

“(…) agora temos consciência do que estamos a fazer, temos a consciência que devemos nos organizar, guardar documentos e estamos a nos prepara para a avaliação externa e posterior acreditação, estamos a nos preparar. ”E1

“(…) a consciência de nos organizamos de que criamos evidencias do que

fazemos, foi ganhando importância em todas as áreas mas estamos conscientes que este processo só iniciou e este processo nunca vai parar, então acredito que houve muito ganho.”E1

“(…) a AA para além de nos ajudar a perceber o nível de qualidade que nossos cursos tem também é um momento importante para compormos os nossos cursos, garantir a informação toda relativa ao curso está perto de nós porque quando nós fizemos uma AA, temos que trazer todos os elementos ligados ao curso próximo e ali avaliar de facto descobrimos, que tínhamos que procurar documentos que não tínhamos, por exemplo, vimos que grande parte dos nossos cursos eram iniciados sem uma pesquisa de mercado ou uma pesquisa formal, porque creio que tenha havido pesquisas informais, a questão de formalidade é um elemento importante no Ensino.”E2

Sala de evidências como um efeito, ter as coisas organizadas e para ter evidências é preciso produzi-las. Seguem abaixo alguns exemplos destes relatos:

“(…) podemos ir ter no gabinete de evidências onde podemos ter acesso a estes materiais...”E1

“(…) evidencias de reuniões, relatórios, lembro-me, sim, nós fizemos reuniões, mas onde estão as evidências?, e o que são evidências?, são todos os dados que devem ser levantados aquando da realização de qualquer evento, então nós, a partir daí, começamos, a organizar as atas, assinar e a conservar e nós não tínhamos, apenas de estar a fazer, em relação por exemplo ao banco de dados, nós dizíamos, em memória, gente nosso departamento tem tantos, onde estão os registos?, não tínhamos nesta altura, então penso que a AI tem esta relação muito interessante, penso que capitalizado esta AI o processo de Ensino Aprendizagem poderá estar organizado.”E3

“(…) já sabemos hoje em dia organizar os documentos que podem servir de evidencias então é um processo que penso se for capitalizado a instituição sai muito mesmo a ganhar.”E3

Outro efeito da autoavaliação, foi a introdução de novos métodos pedagógicos, outros jeitos e modos de dar aula, experiências de aprendizagem mais interativas com o próprio docente, entre pares e autoaprendizagem, como se pode aferir no depoimento do coordenador de cursos e estudante, que de algum modo evidenciam esta verdade:

“As nossas próprias práticas na sala de aula tiveram que mudar em função daquilo que os estudantes identificaram como lacunas. Os professores tendem a ser cada vez mais abertos a participação dos próprios estudantes.”E2

“Alguns docentes melhoraram o modo de lecionar.”E4

Enfim, o processo de autoavaliação criou possibilidades de organização coletiva, de formação de nova consciência e prática social, podendo, neste sentido favorecer uma direção cultural construída democraticamente. Mas, vai exigir clareza de princípios e de projetos sociais compartilhados, que ainda não são evidente na instituição estudada.

## 7. Conclusão

Concluimos, portanto, que as práticas autoavaliativas geraram efeitos no cotidiano institucional, mas necessitam para serem legitimadas, superar o controlo burocrático e se afirmarem como ação essencial para a qualidade académica e investigativa. Os efeitos da autoavaliação são difíceis e lentos, mesmo em contextos institucionais inovadores porque a avaliação ainda não se encontra consolidada, no âmbito da ação prática dos membros da comunidade académica em estudo. Está em construção e, por isso, figura apenas como exigência vinda da estrutura burocrática da IES e não como uma ação importante e permanente na busca da qualidade científico-educacional.

Apesar da estrutura normativa, as ações autoavaliativas não podem ser analisadas somente como resultado direto das coações exteriores, sejam elas estatais (externas/publicas) ou da reitoria (interna) que são as principais forças que atuam sobre a UB em estudo. A avaliação pensada e realizada em virtude do ritualismo normativo, limita, provavelmente, a função formativa e deixa ser, essencialmente, um processo ao serviço da melhoria do cumprimento das finalidades políticas e sociais das instituições de ensino superior (Afonso, 2011).

O principio da autonomia impõem um olhar dialético entre as demandas externas e os contextos institucionais, pois ambos são responsáveis pela qualidade da educação superior e possuem papel ativo nas mudanças que estão e deverão ocorrer neste universo educacional interseccionado.

Por fim, a UB em estudo desenvolveu estratégias autoavaliativas voltadas para a organização e transformação qualitativa e quantitativa da instituição. As mudanças sentidas estão relacionadas com as modificações curriculares, procedimentos administrativos (registo de atividades, atas de encontros), investimentos em equipamentos e infraestrutura, organização de departamentos em termos de evidências documentais (pautas, relatórios, conteúdos programáticos), novos modos de lecionar, elaboração do plano de formação de professores, entre outros.

Para que o processo de autoavaliação consiga compreender a realidade e dela extrair os significados mais representativos e pertinentes evitando a superficialidade será necessário elaborar um plano de execução próprio do subsistema de autoavaliação com calendarização da ação que englobe o trinómio ensino, pesquisa, extensão, tendo em atenção a participação representativa, democrática, consensual e inovador de todos os membros da comunidade académica.

## 8. Referências bibliográficas

- Afonso, A. (2011). Questões polémicas no debate sobre políticas educativas contemporâneas: o caso da accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. In M. P. Alves & J-M de Ketele (Orgs). *Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo* (pp. 83-101). Porto, Portugal: Porto Editora
- Afonso, N. (2000). Autonomia, avaliação e gestão estratégica das escolas públicas. In. J. A. Costa, A. N. Mendes e A. Ventura (Orgs). *Liderança e estratégias nas organizações escolares*. Aveiro, Portugal: Edições Universidade de Aveiro.
- Alves, J.M.&Castro, H.F.G.(2013). Avaliação de escolas: o gerenciamento da imagem ao serviço da legitimação. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*. Porto, Portugal: Universidade Católica Portuguesa.
- Brito, S. L. E. (2006). *Modelo conceitual de avaliação institucional de universidades: A Contribuição da Avaliação Institucional de Universidades para o Desenvolvimento Socioeconómico de um País -Um Estudo da Realidade de Moçambique*. Tese de doutoramento. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Brasil.
- Clímaco, M. d. C. (2005). *Avaliação de sistemas em educação*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cumaio, G. , António, E. & Baptista, A. (2016). *Dados estatísticos sobre o Ensino Superior, 2015*. Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional &

Direção Nacional do Ensino Superior. DNES – MCTESTP/2016

Decreto nº 63/2007, Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES). Publicado no BR nº 52, I série, de 31 de Dezembro de 2007

Dias Sobrinho, J. (2000). *Avaliação da educação superior*. Petrópolis, Brasil: Vozes

Dias Sobrinho, J. (2003). *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior*. São Paulo, Brasil: Cortez

Díaz, A. S. (2003). *Avaliação da qualidade das Escolas*. Porto, Portugal: Edições Asa

Espinar, S. R. (2013). *La evaluación de la calidad em la educadión superior*. Madri, Espanha: Editorial Síntesis.

European University Association - EUA, (2003). *Graz Declaration Forward from Berlin: the role of the Universities*. European University Association, Bruxells

Guerra, M. (2001). *A escola que aprende*. Porto, Portugal: Edições Asa.

Juliatto, C. I.(2005). *A universidade em busca da excelência: Um estudo sobre a qualidade da educação*. Curitiba, Brasil: Champagnat.

Langa, P.V. (2012). A mercantilização do ensino superior e a relação com o saber: a qualidade em questão. *Revista científica da Universidade Eduardo Mondlane*. Série: Ciências da Educação, Vol. 1, N°0, pp. 21-41.

Leite, D. et. al.(2007). *Estudantes e avaliação da universidade: um estudo conjunto Brasil – Portugal*. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v.37, n.132. Acedido a 21 de Janeiro de 2015 em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0837132.pdf>.

Macbeath, J., Schratz, M., Meuret, D., Jakobsen, L. B. (2005). *A história de Serena, viajando rumo a uma escola melhor*. Porto, Portugal: Edições Asa.

Mosca, J. (2009). *Práticas e desafios do ensino superior em Moçambique: Economicando*. Maputo: Alcance Editores

Oliveira, C. A. S. (2003). O desafio da Avaliação do desafio: a questão dos programas sociais. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em avaliação*. Rio de Janeiro, v.11, n.39, Editorial, p. 139-140, 2003

Rosa, C. (2004). *Gestão Estratégica Escolar*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Santos, C.C.I. (2007). *A qualidade do ensino superior: globalização, Bolonha e Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado em Políticas e Gestão do Ensino Superior não publicada, Universidade de Aveiro.

Santos, S. M. (2011). *Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e*

*certificação de sistemas internos de garantia da qualidade*. Lisboa, n1, A3ES  
Readings

Stufflebeam, D. L., Shinkfiel, A. J. (1993). *Evaluación Sistemática: guía teórica y práctica*.  
Barcelona: Paidós/Ministerio de Educación y Ciencia.